

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.
- Os itens desta prova devem ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Policial, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

-- 1.ª PROVA OBJETIVA --

ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE

Direitos Humanos e Integridade

A respeito de direitos humanos e integridade, julgue os itens a seguir.

- 1 Em uma ação policial em território ocupado por organização criminosa, os agentes, a fim de garantir a proteção pessoal, deverão considerar que qualquer morador é um potencial apoiador.
- 2 O policial que, ao abordar mulher transexual, suspeite de que esta esteja traficando drogas, deverá utilizar termos femininos quando a ela se referir, sendo obrigatória, se for o caso, a realização de busca pessoal por efetivo feminino.
- 3 Quando a ação do policial demonstra preocupação com a ordem jurídica vigente, o caráter educativo se sobressai.
- 4 Na escuta especializada de criança vítima de qualquer ato libidinoso, o policial atuará limitando-se a trazer a compreensão sobre os direcionamentos dos encaminhamentos na ocorrência.
- 5 Em ação policial, o agente deverá suspeitar da ocorrência de tráfico de pessoas, caso se depare com pessoa transportada demonstrando conhecimento limitado quanto ao destino, à remuneração, à atividade laboral ou ao empregador.

FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Aspectos Legais dos Procedimentos Policiais

Sobre aspectos legais dos procedimentos policiais, julgue os itens a seguir.

- 6 O crime culposo pode ocorrer por imprudência, negligência ou imperícia, sendo esta última caracterizada pelo comportamento positivo em um ato sem o cuidado necessário, ou seja, uma ação descuidada.
- 7 Suponha que determinado policial rodoviário federal, em atuação em rodovia federal, tenha disparado arma de fogo contra determinada pessoa com a alegação de legítima defesa. Nessa situação, para que a legítima defesa seja configurada, a agressão contra o policial deverá ter sido injusta, mas também atual ou iminente.
- 8 Suponha que, em determinada rodovia federal, um carro tenha causado acidente de trânsito, ferindo uma pessoa que ficou precisando de ajuda, mas o motorista não a tenha socorrido, mesmo com a possibilidade de fazê-lo sem que houvesse risco pessoal. Considere ainda que, no mesmo instante, uma terceira pessoa não envolvida no acidente tenha passado no local, mas não tenha prestado socorro. Nessa situação, o motorista causador do acidente responderá por crime de trânsito com agravante da omissão de socorro e a terceira pessoa responderá por crime de omissão de socorro previsto no Código Penal.
- 9 Violência contra coisa com o objetivo de subtrair coisa móvel alheia e que não atinja pessoa humana configura crime de roubo.
- 10 Policial rodoviário federal que, em vistoria realizada em rodovia federal, identifique veículo com motor apresentando sinais de raspagem e supressão de algoritmos, estará diante de possível crime comum.

Ainda sobre aspectos legais dos procedimentos policiais, julgue os próximos itens.

- 11 Policial rodoviário federal que cumpra mandado judicial de busca e apreensão domiciliar após as 18 horas estará sujeito a responder pelo crime de abuso de autoridade.
- 12 Policial rodoviário federal que, no exercício da sua função, use algema em determinada pessoa sem que haja situação de resistência, fundado receio de fuga ou perigo à integridade física própria ou alheia, estará sujeito a ser responsabilizado nas esferas disciplinar, civil e penal.
- 13 No exercício de sua função, o policial rodoviário federal poderá realizar prisão em flagrante, mas não poderá prender, nessa situação, pessoa menor de 18 anos nem filho de diplomata.
- 14 Parlamentares do Congresso Nacional possuem imunidade em razão de suas funções, inclusive nos casos de infração administrativa de trânsito.
- 15 Pessoa que dirija veículo automotor, em via pública, sem que tenha Permissão para Dirigir ou Carteira Nacional de Habilitação, responderá por infração penal e administrativa, ainda que a conduta não gere perigo de dano.

SEGURANÇA VIÁRIA E PERÍCIA

Atendimento e Perícia de Acidente de Trânsito

Quanto a acidente de trânsito, julgue os itens que se seguem.

- 16 Para a PRF, para que um evento seja considerado acidente de trânsito, uma das condições é a necessidade de que ele ocorra em rodovia ou estrada federal ou estadual.
- 17 De forma geral, para ser considerado acidente de trânsito, é necessário que cause, como consequência da movimentação de veículos, lesões em pessoas ou danos patrimoniais ou ambientais.
- 18 Em circunstâncias especiais, uma ação premeditada pode receber o mesmo tratamento de acidente de trânsito.
- 19 Mesmo que envolva apenas veículos parados, a queda de uma ponte pode ser considerada acidente de trânsito.
- 20 Para efeito de atendimento e registro, um acidente de trânsito pode ser classificado como relevante ou irrelevante.
- 21 Para que um acidente de trânsito seja considerado grave, é preciso que tenha causado múltiplas vítimas com lesão corporal grave ou morte.

Julgue os próximos itens, relativos a definições aplicadas a acidentes de trânsito.

- 22 O canteiro central é a parte diferenciada da via destinada a parada ou estacionamento de veículos (em caso de emergência).
- 23 Fator principal é uma situação ou condição referente a aspectos viário-ambientais, veiculares ou humanos que efetivamente tenham produzido o acidente e que, na sua ausência, este não se concretizaria daquela maneira.
- 24 Curva vertical é um trecho da via com diminuição de visibilidade ocasionada pela existência de estruturas verticalizadas em sua lateral.
- 25 Perfil da pista é a linha que representa, de forma contínua, as alturas relativas de diferentes pontos da pista.
- 26 Pistas separadas por rios e por canteiros centrais extremamente largos são consideradas duplas quando a transposição de um leito carroçável para outro é impossível.
- 27 Tráfego é a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Acerca da classificação do estado físico dos envolvidos em um acidente de trânsito, julgue os itens a seguir.

- 28 Pode ser considerada ileso a pessoa que não apresente nenhum sinal aparente de lesões provenientes da dinâmica do acidente, mesmo que esteja desorientada ou inconsciente.
- 29 Uma fratura dos dentes já é o suficiente para classificar uma lesão leve.
- 30 Será classificado como morto quando for constatado o óbito apenas no local de atendimento do acidente.

TÉCNICAS POLICIAIS DE FISCALIZAÇÃO

Fiscalização Ambiental

Acerca da Lei n.º 12.651/2012 (Código Florestal) e dos dispositivos importantes que regulam a relação de particulares e da coletividade com a cobertura vegetal nativa, julgue os itens a seguir.

- 31 A exploração de áreas de preservação permanente é proibida, pois são protegidas e possuem funções ambientais que preservam o meio ambiente e garantem o bem-estar das populações humanas.
- 32 Um dos problemas encontrados na delimitação de área de preservação permanente e de reserva legal é que a aplicação das normas da primeira pode impedir a delimitação da segunda.
- 33 O plano de manejo é um projeto que visa mitigar impactos ambientais e sociais decorrentes da exploração comercial madeireira, sendo o manejo sustentável ou de exploração convencional.
- 34 Apesar de o coeficiente de rendimento volumétrico (CRV) estimar o volume de produto florestal processado de cada tora de madeira explorada, ainda não é possível a estimativa quanto a resíduos e perdas.
- 35 Os créditos florestais percorrem toda a cadeia de comercialização florestal, sendo extintos assim que chegam ao consumidor final.

Julgue os itens a seguir, considerando as hipóteses de crime ambiental (art. 46 da Lei n.º 9.605/1998) e infração administrativa ambiental (Decreto n.º 6.514/2008), e situações que, se verificadas durante o transporte, tornam o DOF/GF/GCA inválido.

- 36 Em casos específicos, quando há uma ou mais licenças, conforme a quantidade de notas fiscais, o DOF/GF/GCA poderá ser reaproveitado.
- 37 No transporte de madeira ilegal, é comum que cargas aparentemente legais contenham volume ou espécie diferente do previsto no DOF/GF/GCA.
- 38 A utilização de percurso diferente do autorizado/declarado não invalida o DOF/GF/GCA, podendo este ser retificado.
- 39 A ausência de placas nos veículos de carga (reboques e semirreboques) é um exemplo de omissão que causa invalidação.

Julgue os próximos itens, relativos à metodologia de fiscalização ambiental de transportes de produtos florestais.

- 40 O estéreo (st) é a unidade de volume obtida por meio do empilhamento de produtos com medidas irregulares, sendo que 1 st é igual a 1 m³ para fins de fiscalização em todo o Brasil.
- 41 Na vistoria de cargas, é preciso considerar o volume, proceder à comparação entre produtos declarados e transportados, além de identificar a essência/espécie com base nas características anatômicas da madeira.
- 42 A fiscalização ambiental da Polícia Rodoviária Federal é preventiva quando inibe a ocorrência de condutas lesivas ao meio ambiente e repressiva quando se encontra diante da prática de irregularidades.

Fiscalização de Trânsito

Com relação ao Código de Trânsito Brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 43 Atualmente, o Sistema Nacional de Trânsito é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, órgão ao qual o Conselho Nacional de Trânsito está vinculado.
- 44 De acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Trânsito, promover e participar de projetos e programas de educação e segurança é uma das competências da Polícia Rodoviária Federal.
- 45 O órgão normativo e consultivo máximo do Sistema Nacional de Trânsito é o Departamento Nacional de Trânsito.
- 46 A Câmara Temática de Combate ao Transporte Ilícito de Drogas é uma das que compõem o Conselho Nacional de Trânsito.

Sobre registro, licenciamento e emplacamento de veículos, julgue os itens que se seguem.

- 47 Em regra, o primeiro licenciamento é realizado simultaneamente ao registro do veículo.
- 48 Tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola devem ter seus registros efetuados, sem ônus, por órgãos executivos municipais de trânsito.
- 49 Mesmo placas que possuam tecnologia para identificação do veículo a que estejam atreladas não dispensam a utilização do lacre.
- 50 É possível utilizar o aplicativo Fiscalização DENATRAN para averiguar a autenticidade do CRLV-e, mesmo que não haja disponibilidade de internet no local da fiscalização.

A respeito de habilitação, julgue os próximos itens.

- 51 Cursos especializados em transporte de produtos perigosos têm validade de três anos, havendo a necessidade de atualização ao término desse prazo.
- 52 Condutores habilitados na categoria B podem dirigir veículos automotores da espécie motor-casa, desde que o peso não seja superior a 8.000 kg e a lotação não exceda a oito lugares, excluindo-se o do motorista.
- 53 Para o transporte rodoviário de valores, exige-se do condutor certificação em curso especializado estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito.
- 54 Configura infração conduzir veículo portando Permissão para Dirigir vencida há mais de trinta dias.

Policimento e Fiscalização

Em relação aos serviços e às atividades operacionais da PRF e ao seu papel na prevenção e repressão ao crime organizado, julgue os itens seguintes.

- 55 A Carta de Serviços visa, primordialmente, ao atendimento singular ao usuário, alcançando interesses de grupos determinados ou de particular, como a autorização de eventos, a escolta de cargas e a liberação de veículos.
- 56 Um dos princípios do policiamento levado a efeito pela PRF é a ostensividade/visibilidade, o que implica dizer que as atividades dessa natureza têm como principal característica serem de cunho ostensivo.
- 57 A atividade de fiscalização restringe-se, taxativamente, à conduta a ser adotada pelo policial diante da transgressão às normas de trânsito de competência da PRF e no âmbito de sua estrita circunscrição.
- 58 A atuação da PRF na prevenção de delitos que possam ser cometidos por organizações criminosas tem como diferenciador a capacidade, entre outras, de intervir em áreas de mobilidade estratégica para agentes criminosos.

Quanto aos tipos de policiamento e de fiscalização, julgue os itens a seguir.

- 59 Considere que um dispositivo publicitário tenha sido instalado irregularmente em faixa de domínio rodoviário federal, ocasionando a intervenção de policiais rodoviários federais para sua imediata retirada. Nessa situação, o procedimento policial adotado é denominado policiamento de contingência.
- 60 Considere que uma equipe da PRF, tenha abordado de forma ostensiva, em rodovia federal, um caminhão de carga transportando grande quantidade de produto controlado e perigoso, em desobediência às prescrições estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro. Nessa situação, o procedimento policial adotado é denominado policiamento especializado.
- 61 Considere que uma ação da Polícia Rodoviária Federal tenha realizado abordagem em um ônibus clandestino de passageiros, cujo serviço era oferecido pela internet com preços menores. Nessa situação, o procedimento policial adotado é denominado fiscalização de trânsito.

Quanto à organização e estrutura operacional da Polícia Rodoviária Federal e às competências, julgue os itens que se seguem.

- 62 A delegação de competência é utilizada como ferramenta de descentralização e outorga ao servidor ascensão na cadeia de comando, mesmo que temporariamente e sem acréscimo à remuneração ordinária.
- 63 Considere que, em razão de uma situação específica, determinado Centro de Comando e Controle Regional, sem qualquer vínculo de subordinação com uma Unidade Operacional, tenha passado a supervisionar e direcionar recursos humanos desta unidade de modo a atender a diretrizes previstas em Ordem de Missão. O caso em tela é denominado comando situacional.
- 64 Considere que determinado servidor da PRF tenha sido nomeado para função de confiança a ser exercida em uma coordenação. Nessa situação, o servidor poderá ser dispensado da função a qualquer tempo, independentemente de processo administrativo.
- 65 O chefe de Unidade Operacional, nomeado mediante portaria do diretor-geral, atua como gestor com atribuições específicas no âmbito da unidade e exerce função de confiança por meio de indicação do chefe da respectiva delegacia.

Espaço livre